



**Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá (PR)**

*Autos nº 0008041-30.2023.8.16.0130, de Falência*

**Auxilia Consultores Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 41.566.863/0001-08, sediada em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, representada por *Renata Paccola Mesquita*, advogada inscrita na OAB/PR n. 50.980, comparece para apresentar a

---

**RELAÇÃO DE CREDITORES**

---

*nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005*

da Falência movida face a **TELHAPAR – Telhas de Aço Ltda.**, assim como tecer breves considerações a respeito do trabalho realizado, conforme a seguir aduzido.

---

**I. DA VERIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DE CRÉDITOS**

---

*Breve contextualização do trabalho realizado*

De acordo com o art. 7º, *caput*, da Lei 11.101/2005: “a verificação dos créditos será realizada pelo administrador judicial com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor e nos documentos que lhe forem apresentados pelos credores, podendo contar com o auxílio de profissionais ou empresas especializadas.”

A redação do dispositivo é de relativa clareza, de maneira que, a rigor, não haveria necessidade de se realizar maiores incursões a respeito da atividade que foi realizada pela Administração Judicial. No entanto, visando atribuir maior transparência possível, como se exige nos feitos desta natureza, destacamos que nosso trabalho foi amparado pela documentação fornecida pelos Credores, lastreado por notas fiscais, faturas, contratos, memórias de cálculo, comprovantes de pagamento e outros documentos correlatos.

Embora a falida tenha apresentado sua relação de credores nos termos do art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, a listagem não foi acompanhada de documentos comerciais e fiscais. Diante disso, a Administração Judicial adotou providências necessárias para viabilizar a verificação dos





créditos, diligenciando junto aos credores listados a fim de obter informações sobre a existência dos débitos e os documentos que comprovassem sua exigibilidade.

Inicialmente, conforme determina o art. 22, inciso I, alínea “a”, da referida lei, foram enviadas correspondências aos credores. Apesar da confirmação de recebimento, as cartas não foram respondidas, o que levou a Administração Judicial a contatar os credores individualmente, por meio de e-mail e telefone.

A partir dessas diligências — excetuadas algumas habilitações apresentadas espontaneamente —, tornou-se possível realizar a verificação de créditos por esta Administração Judicial.

Ademais, considerando a ausência inicial de qualquer documento que comprovasse os créditos relacionados pela falida e, mesmo após o transcurso do prazo para habilitações e divergências administrativas previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/2005, a Administração Judicial optou por receber documentação complementar dos credores até o último momento possível antes da apresentação da relação de credores que acompanha esta petição.

Da mesma forma, aguardou-se até o limite para o recebimento de complementações e esclarecimentos solicitados aos credores, tudo com o objetivo de apresentar uma relação de credores o mais precisa e fiel possível.

No que se refere às escriturações contábeis coletadas, destaca-se que não foi possível confirmar se refletiam, de forma integral, a realidade financeira da empresa. Por essa razão, a presente análise não se restringiu exclusivamente às informações contábeis. Ainda assim, ***todos os documentos localizados e dotados de liquidez*** foram considerados para a conclusão da verificação creditícia.

Nesse contexto, alguns aspectos do trabalho realizado merecem destaque. Foram promovidas exclusões e reclassificações de credores inicialmente listados, com base na constatação da inexistência de pendências ou na inadequação da classe originalmente atribuída, à luz da natureza real do crédito verificada na documentação recebida.

As habilitações e divergências apresentadas foram acolhidas, em sua maioria, de forma parcial. Isso porque se fizeram necessárias a reclassificação de multas para a Classe VII – Subquirografia, nos termos do art. 83, inciso VII, da Lei 11.101/2005, bem como ajustes nos valores relacionados, realizados conforme os critérios legais e contratuais aplicáveis.





Tais ajustes consideraram, entre outros fatores, a ausência de documentação que justificasse o valor registrado na memória de cálculo apresentada pelo credor, a aplicação de juros de mora conforme previsto no título ou contrato – quando não observada – bem como a exclusão de juros cobrados após a data da falência, nos termos do art. 77 da referida lei.

Por fim, a Administração Judicial informa que os documentos que fundamentaram a elaboração de relação de credores estarão disponíveis para consulta em sua sede, localizada em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, solicitando aos interessados prévio contato para agendamento. Informa, ainda, que os esclarecimentos também poderão ser solicitados por e-mail, ao endereço [contato@auxiliaconsultores.com.br](mailto:contato@auxiliaconsultores.com.br).

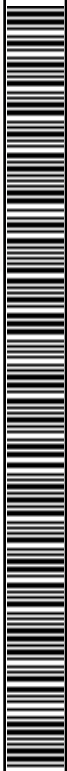
## II. Das Exclusões de Crédito Apontados Inicialmente

Os credores **Condomínio Residencial Águas de Porto Rico** (R\$ 16.441,86), **IPM Indústria de Produtos Metalúrgicos Ltda.** (R\$ 31.474,23), **ArcelorMittal Brasil S.A.** (R\$ 356.027,76) e **Maestra Comércio de Produtos Siderúrgicos e Commodities EIRELI** (R\$ 1.428.841,52), inicialmente relacionados na **Classe VI – Quirografária**, foram excluídos do quadro de credores em razão de um ou mais dos seguintes fatores: (i) verificação de que as dívidas correspondiam a obrigações pessoais do sócio da falida; (ii) constatação da inexistência de pendências; ou (iii) ausência de documentação comprobatória que demonstrasse a exigibilidade do crédito.

## III. Da Atualização dos Créditos Relacionados

A Administração Judicial informa que procedeu à verificação dos créditos em conformidade com os encargos previstos nos documentos apresentados por cada credor. Na ausência de especificação quanto aos encargos aplicáveis, foi adotado o índice oficial utilizado pelo e. TJPR (média IGP/INPC) para fins de correção monetária<sup>1</sup>, considerando como marco inicial o vencimento de cada parcela ou fatura do título creditício e, como termo final, a data da decretação da falência (31/10/2024).

<sup>1</sup> (...) 2. O índice utilizado pelo TJPR, para a atualização monetária dos débitos judiciais, é a média do INPC e IGP/DI, o qual, em conformidade com o Decreto 1.544/91, é o que melhor reflete a desvalorização da moeda pela inflação.3. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJPR - 11ª Câmara Cível - 0080848-50.2023.8.16.0000 - Dois Vizinhos - Rel.: DESEMBARGADOR FABIO HAICK DALLA VECCHIA - J. 04.12.2023)





Com o objetivo de garantir total transparência ao Juízo, aos credores e à comunidade interessada, as justificativas para os ajustes realizados pela Administração Judicial encontram-se detalhadas, individualmente, no campo “*Observações*” da planilha explicativa anexa.

#### **IV. Do Trabalho Realizado na Classe I – Créditos Trabalhistas**

##### *Inclusão de honorários advocatícios por equiparação*

Até o momento, não foram identificados créditos decorrentes de vínculo empregatício nem de acidente de trabalho em nome da falida. Contudo, foram apurados honorários advocatícios passíveis de habilitação, por sua natureza alimentar.

Tais honorários, por possuírem natureza alimentar, equiparam-se aos créditos trabalhistas para fins de habilitação em processo falimentar, conforme entendimento consolidado pelo e. STJ, no julgado do REsp [1.785.468](#)<sup>2</sup>:

DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. CRÉDITO TRABALHISTA POR EQUIPARAÇÃO. LIMITAÇÃO DO TRATAMENTO PREFERENCIAL (LEI 11.101/2005, ART. 83, I). POSSIBILIDADE. PREVISÃO NO PLANO. QUESTÃO FÁTICA. NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO. OMISSÃO RELEVANTE CONFIGURADA. RECURSOS ESPECIAIS PARCIALMENTE PROVIDOS. 1. "1.1) Os créditos resultantes de honorários advocatícios têm natureza alimentar e equiparam-se aos trabalhistas para efeito de habilitação em falência, seja pela regência do Decreto-Lei n. 7.661/1945, seja pela forma prevista na Lei n. 11.101/2005, observado, neste último caso, o limite de valor previsto no artigo 83, inciso I, do referido Diploma legal" (REsp 1.152.218/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe de 9/10/2014). (...) (REsp n. 1.785.467/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 02/08/2022, DJe de 16/08/2022.)

Relativamente aos credores **Pedro Luiz Rick de Ferraz e Zavagna Gralha Advogados**, cujos honorários decorrem do disposto no art. 827 do Código de Processo Civil – correspondente a 10% sobre o valor do débito executado nos autos 0013873-12.2023.8.16.0173, em trâmite na 2ª Vara Cível de Umuarama (PR), e 5003573-94.2023.8.24.0103, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Araquari (SC), respectivamente –, a Administração Judicial procedeu ao cálculo

<sup>2</sup> Em que pese a ementa colacionada cite tese fixada no REsp 1.152.218 (Tema 637 dos recursos repetitivos), no qual discutiu-se a habilitação de honorários em processo de falência, ressaltou o relator Ministro Raul Araújo, em seu voto: “A qualificação dos créditos em classes de credores, conforme a ordem de preferência legal, possui tratamento único, seja na falência ou na recuperação judicial, não assistindo razão às recorrentes no que tange à apontada diferenciação entre falência e recuperação judicial.”





dos honorários com base no valor atualizado do débito executado, utilizando o índice oficial adotado pelo e. TJPR.

A atualização foi aplicada desde a data da fixação dos honorários até a data da decretação da falência (31/10/2024).

Feitas essas considerações, os créditos da *Classe I – Trabalhista* ficaram assim distribuídos:

Classe I – Trabalhista	
Edital do art. 99, § 1º, LREF	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
R\$ 0,00	R\$ 237.443,08

**V. Do Trabalho Realizado na Classe II – Créditos com Garantia Real**

*Reclassificação dos créditos inicialmente relacionados*

No que se refere aos credores inicialmente enquadrados na classe prevista no art. 83, inciso II, da Lei 11.101/2005 (Classe II – Créditos com Garantia Real), todos foram reclassificados para a Classe VI – Quirografária.

Inicialmente, os credores **BWT Comércio, Importação e Exportação Ltda.** e **Jefer Produtos Siderúrgicos Ltda.** foram relacionados como titulares, em conjunto, do valor total de R\$ 1.865.631,75.

O referido crédito tem origem em contrato de fornecimento de produtos siderúrgicos, cujas condições variavam em termos de quantidade, preço e forma de pagamento, e no qual foi estipulada fiança e garantia real. Nesse contrato, a falida obteve um limite de crédito de até R\$ 2.000.000,00 para a constituição de ativos.

Com o objetivo de assegurar a operação, foram ofertados imóveis como garantia real. No entanto, apurou-se que os referidos imóveis pertenciam a terceiros – Delair Stel Evangelista e Roberto Aparecido Evangelista – e não à falida.



A garantia real constituída sobre bem de terceiro, não integrante do patrimônio do devedor falido, não autoriza a classificação do crédito como garantido real, uma vez que, prestada por pessoa não submetida à falência, tal garantia não permite constrição patrimonial direta no bojo do processo falimentar. Assim, inexistente fundamento para diferenciação de classe, considerando que a administração da Massa não interfere no valor da garantia desse credor. Dessa forma, impõe-se a reclassificação do crédito como quirografário<sup>3</sup>.

Consequentemente, os referidos credores foram reclassificados para a **Classe VI - Quirografária**.

De todo modo, observa-se que os imóveis dados em garantia foram objeto de penhora nos autos nº 0013873-12.2023.8.16.0173, em trâmite na 2ª Vara Cível de Umuarama (PR), conforme termos expedidos nos seqs. 151, 152 e 153, já devidamente averbados, havendo pedido de avaliação (cf. seq. 269).

A Administração Judicial acompanhará os atos expropriatórios em curso, tendo em vista que, na hipótese de êxito, deverá ocorrer abatimento proporcional do valor do crédito habilitado, evitando-se o enriquecimento ilícito do credor. Isso porque, sendo parcialmente ou totalmente satisfeito o crédito por meio da expropriação dos bens penhorados, não subsiste a pretensão de recebimento integral no processo falimentar, sob pena de duplicidade indevida.

No que se refere à credora **Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento DEXIS – Sicredi DEXIS**, inicialmente relacionada como titular do valor de R\$ 305.490,09, o crédito decorre das parcelas pendentes das de Crédito Bancário nº C21331540-4 e nº C01332901-0.

Após a análise das referidas instrumentos, não se constatou a constituição de garantia real, motivo pelo qual a credora também foi reclassificada para a Classe VI – Quirografária.

Dessa forma, os créditos da **Classe II – Garantia Real** ficaram assim distribuídos:

Classe II – Garantia Real	
Edital do art. 99, § 1º, LREF	Edital do art. 7º, § 2º, LREF

<sup>3</sup> **SACRAMONE, Marcelo Barbosa.** *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 430/431.







R\$ 2.171.121,84	R\$ 0,00
------------------	----------

**VI. Do Trabalho Realizado na Classe III – Créditos Tributários**

*Incidente de classificação e critérios de inclusão*

As Fazendas Públicas, devidamente científicas da falência da TELHAPAR – Telhas de Aço Ltda., informaram nos autos seus créditos inscritos em dívida ativa e manifestaram interesse na habilitação dos respectivos valores no processo falimentar, por meio do **incidente de classificação de crédito público**, conforme previsto no art. 7º-A da Lei 11.101/2005 (cf. seqs. 172, 181 e 218). Dessa forma, renunciaram à cobrança dos débitos pelo rito próprio da execução fiscal<sup>4</sup>.

Foi instaurado o Incidente de Crédito Público nº 0005626-54.2025.8.16.0017, no qual os credores foram intimados a apresentar o detalhamento da composição de seus créditos.

O **Estado do Paraná** atendeu à determinação e apresentou os cálculos nos seqs. 8.3 e 8.5. Por outro lado, a **União**, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e o **Município de Paranavaí** ainda não atenderam à intimação, a qual permanece pendente de leitura (cf. seq. 6).

Apesar da indicação dos débitos fiscais pelos três entes federativos nos próprios autos falimentares, a Administração Judicial, **neste momento**, relacionou apenas os créditos habilitados pelo Estado do Paraná por meio do incidente. Ressalte-se que, quanto à multa, foi considerado apenas o valor total (R\$ 175.316,66), com exclusão dos juros, a fim de evitar a configuração de *bis in idem*<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> FALÊNCIA. APRESENTAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Os arts. 187 do CTN e 29 da Lei n. 6.830/1980 não representam óbice à habilitação de créditos tributários no concurso de credores da falência; tratam, na verdade, de prerrogativa da entidade pública em poder optar entre o pagamento do crédito pelo rito da execução fiscal ou mediante habilitação. Escolhendo um rito, ocorre a renúncia da utilização do outro, não se admitindo uma dúplice garantia. (...) REsp 1.103.405-MG, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 2/4/2009.

<sup>5</sup> APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA – TAXAS DE CONDOMÍNIO – COTAS CONDOMINIAIS NÃO ADIMPLIDAS – ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA – JULGAMENTO FAVORÁVEL À PRETENSÃO DO APELANTE – SEM INTERESSE RECURSAL – REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL – VÍCIO SANÁVEL – IRREGULARIDADE SUPRIDA - MULTA DE 2% - CABIMENTO – INTELIGÊNCIA DO ART. 1336, §1º, DO CC – **MULTA QUE NÃO DEVE INCIDIR SOBRE OS JUROS E JUROS QUE NÃO DEVEM INCIDIR SOBRE O VALOR DA MULTA – INCIDÊNCIA DA MULTA SOMENTE SOBRE O VALOR PRINCIPAL ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA** – CÁLCULO CORRETAMENTE EFETUADO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (TJPR - 9ª Câmara Cível - 0004071-97.2018.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR DOMINGOS JOSÉ PERFETTO - J. 05.12.2020)



Em relação aos créditos da União e Município de Paranavaí, a Administração Judicial entendeu ser necessária a apresentação de uma relação pormenorizada dos valores inscritos em dívida ativa, acompanhada dos respectivos cálculos atualizados, classificação e informações quanto à situação atual. Tal exigência justifica-se pelos seguintes motivos:

- No caso do Município de Paranavaí, além do débito ter sido atualizado até 11/03/2025, não foi possível identificar qual índice foi utilizado para a atualização, tampouco o termo inicial considerado para o cálculo dos valores apresentados no relatório de seq. 218.2;
- No caso da União, foi apresentado apenas um valor global de R\$ 1.850.036,26, sem o detalhamento necessário para conferência (cf. seq. 181.1).

Diante dessas circunstâncias, a Administração Judicial optou por não relacionar, **neste momento**, os valores apresentados pela União e pelo Município de Paranavaí, **resguardando**, contudo, **a possibilidade de retificação da relação de credores**, após a apresentação dos cálculos e a devida apuração no incidente de classificação de crédito público.

Assim, os créditos da **Classe III – Tributários** ficaram assim distribuídos:

Classe III – Tributários	
Edital do art. 99, § 1º, LREF	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
R\$ 1.455.489,65	R\$ 1.154.762,43

**VII. Do Trabalho Realizado na Classe VII – Quirografários**

No que se refere ao trabalho realizado na **Classe VI - Quirografários**, especialmente quanto aos créditos detidos por **instituições financeiras e cooperativas de créditos**, cumpre destacar que a decretação da falência antecipa o vencimento das obrigações do devedor, com o consequente **abatimento proporcional dos juros**, nos termos do art. 77 da Lei 11.101/2005<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Art. 77. A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e dos sócios ilimitada e solidariamente responsáveis, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos





Nesse contexto, é essencial distinguir juros vencidos dos juros vencidos, especialmente para fins de verificação e habilitação de créditos na falência. Os **juros vencidos**, ou seja, aqueles que já haviam se incorporado ao patrimônio do credor até a data da decretação da falência, são considerados exigíveis e, portanto, devem ser incluídos no valor do crédito. Por outro lado, os **juros vencidos**, que corresponderiam à remuneração pelo uso do capital em período posterior à decretação da falência, devem ser expurgados, uma vez que, com a quebra, antecipa-se o vencimento de todas as obrigações do falido, nos termos do art. 77 da Lei 11.101/2005.

Tal regra aplica-se, em especial, aos juros remuneratórios embutidos nas parcelas de empréstimos e financiamentos contratados pela falida, que, em situações normais, incidiriam até o final do contrato. Com a falência, todavia, considera-se que o credor não mais disponibiliza o capital ao devedor após a data da quebra. Assim, os créditos devem ser calculados até o dia que se decretou a falência, descontando-se os juros futuros.

A esse respeito, esclarece **Marcelo Sacramone**:

*“Em relação aos créditos que até então eram vencidos, a decretação da falência exige sua mensuração a valor presente por ocasião da quebra. O vencimento será antecipado e serão abatidos proporcionalmente os juros remuneratórios estabelecidos no contrato. Os juros remuneratórios deverão ser descontados porque incidem sobre as prestações no tempo justamente para recompensar o credor pela indisponibilidade dos recursos até que o vencimento ocorra. Antecipado o vencimento para a decretação da falência, sua incidência sobre as prestações vencidas não se justifica em relação ao período posterior à quebra, de modo que deverá ser proporcionalmente em relação a essa data abatidos<sup>7</sup>.”*

Dessa forma, os credores financeiros que apresentaram planilhas sem expurgar os juros remuneratórios embutidos nas parcelas vencidas tiveram seus créditos recalculados, considerando apenas o valor principal de cada parcela.

#### **a. Caso do Banco Fibra**

os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.

<sup>7</sup> **SACRAMONE, Marcelo Barbosa.** *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 409.





No que se refere à divergência apresentada pelo **Banco Fibra**, observou-se, na memória de cálculo, a cobrança da parcela principal acrescida dos juros remuneratórios pactuados, identificados como “TAXA PRÉ”. Posteriormente, essa mesma taxa foi reaplicada em razão do inadimplemento, juntamente com juros de mora de 1% ao mês, multa de 2%, além de IOF:

CONTRATO : C60326423															
CLIENTE : TELHAPAR TELHAS DE AÇO LTDA															
TAXA : 51,1865% A.A.															
TAXA : 3,300% A.M.															
DATA INÍCIO : 24/08/2023															
PRINCIPAL: 220.000,00															
Parcelas a vencer															
N.º PARC.	VENCIMENTO	DATA BASE	PRAZO	SALDO DE PRINCIPAL	PARCELA PRINCIPAL	TAXA PRÉ	AMORTIZAÇÃO	SALDO PARCELA	TAXA PRÉ	MORA 1% AM	MULTA 2%	IOF	AMORTIZAÇÃO	DATA LIQUIDAÇÃO	SALDO DEVEDOR
1	25/09/2023	25/09/2023	32	220.000,00	8.193,75	306,25	(784,62)	7.715,18	4.518,21	1.639,27	277,45	105,34	-	-	14.235,45
2	25/10/2023	25/10/2023	62	211.806,25	7.916,66	583,34	-	8.500,00	4.522,05	1.614,73	292,74	98,35	-	-	15.027,67
3	24/11/2023	24/11/2023	92	203.889,39	7.648,95	851,05	-	8.500,00	4.081,69	1.434,31	286,32	85,61	-	-	14.391,04
4	26/12/2023	26/12/2023	124	196.240,64	9.543,00	1.458,01	-	11.000,01	4.695,55	1.621,87	346,35	94,36	-	-	17.738,07
5	26/01/2024	26/01/2024	155	186.698,64	9.208,75	1.791,25	-	11.000,00	4.147,40	1.408,71	331,12	79,29	-	-	16.966,52
6	26/02/2024	26/02/2024	186	177.489,89	8.887,15	2.112,85	-	11.000,00	3.618,39	1.208,45	316,54	65,22	-	-	16.208,60
7	27/03/2024	27/03/2024	216	168.692,74	8.586,62	2.413,38	-	11.000,00	3.124,05	1.026,35	303,61	52,46	-	-	15.505,86
8	26/04/2024	26/04/2024	246	160.616,12	8.296,25	2.703,75	-	11.000,00	2.646,43	855,18	290,03	40,48	-	-	14.832,12
9	27/05/2024	27/05/2024	277	151.719,87	8.006,51	2.993,49	-	11.000,00	2.169,84	689,22	277,18	28,89	-	-	14.165,13
10	26/06/2024	26/06/2024	307	143.713,36	7.975,61	3.365,45	-	11.341,05	1.777,95	555,37	273,49	18,97	-	-	13.866,84
11	26/07/2024	26/07/2024	337	135.727,75	7.813,99	3.686,10	-	11.500,00	1.353,01	415,08	265,37	8,97	-	-	13.643,03
12	26/08/2024	26/08/2024	368	127.923,85	7.541,61	3.958,59	-	11.500,00	904,14	272,89	253,54	-	-	-	13.370,57
13	25/09/2024	25/09/2024	398	120.382,84	7.286,09	4.214,00	-	11.500,00	484,68	143,82	242,57	-	-	-	12.371,07
14	25/10/2024	25/10/2024	428	113.096,84	7.039,61	4.460,39	-	11.500,00	79,40	23,16	232,05	-	-	-	11.834,61
15	25/11/2024	31/10/2024	434	106.857,23	6.793,76	4.381,24	-	11.175,00	-	-	-	-	-	-	11.175,00
16	26/12/2024	31/10/2024	434	99.263,47	6.556,50	4.228,23	-	10.784,73	-	-	-	-	-	-	10.784,73

Nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº CG 0326423, consta a cláusula 6.3, que dispõe:

6.3. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas precedentes e da imediata exigibilidade da dívida, e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, a falta de pagamento dos valores devidos, incluindo principal e acessórios, nas datas convencionadas, importará na cobrança dos seguintes encargos, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento: (i) juros remuneratórios pactuados no item 2.2 do Quadro III do preâmbulo e respectivo Índice Pós-Fixado previsto no item 2.3, quando for o caso, cobrados por dia de atraso; (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês; (iii) multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor atualizado do débito. (d.n)

Como os juros remuneratórios previstos no item 2.2 foram mantidos sobre as parcelas vencidas até a data da falência (31/10/2024) e não havia pactuação expressa quanto ao índice pós-fixado, a Administração Judicial desconsiderou a cobrança adicional da "TAXA PRÉ", ante a ausência de previsão contratual que justificasse a cobrança.

Nesse sentido, foram adotados os seguintes critérios na verificação do crédito do Banco Fibra:





- ✓ Correção monetária pelo índice adotado pelo TJPR, diante da ausência de previsão específica no contrato;
- ✓ Juros moratórios de 1% ao mês sobre a parcela pendente e atualizada;
- ✓ Inclusão do IOF, conforme aplicável;
- ✓ Multa de 2% sobre o saldo total pendente.

#### **b. Reclassificação e Individualização de Créditos: BWT e Jefer**

Os credores **BWT Comércio, Importação e Exportação Ltda.** e **Jefer Produtos Siderúrgicos Ltda.**, anteriormente classificados na Classe II – Garantia Real, foram reclassificados para a Classe VI – Quirografários, totalizando, em conjunto, o valor de R\$ 1.865.631,75.

Com a documentação recebida, foi possível individualizar os créditos da seguinte forma:

- **BWT Comércio, Importação e Exportação Ltda.:** titular de duplicatas e custas processuais /extrajudiciais;
- **Jefer Produtos Siderúrgicos Ltda.:** titular de cheques pré-datados e custas processuais.

As custas referem-se à ação de execução de título extrajudicial nº 0013873-12.2023.8.16.0173, custeadas pelos credores. A titularidade foi atribuída com base no nome constante como emitente nas guias processuais extraídas dos autos.

#### **c. Ajustes Específicos: BWT Comércio**

Na memória de cálculo apresentada pela BWT, identificou-se um valor de **R\$ 22.858,06**, registrado como "**remanescente**" com vencimento em 08/09/2023, sem o respectivo título comprobatório.

Solicitado esclarecimento, o credor informou tratar-se de saldo residual relativo a aceite de cheques, sem boleto ou protesto associado. Embora contasse em planilha como "protestado", o próprio credor reconheceu a inexistência do protesto e excluiu voluntariamente o valor da habilitação.





Também foi excluído o valor de **R\$ 715,85**, registrado como "**CUSTA EXTRA CARTÓRIO**", por ter sido lançado indevidamente, conforme reconhecido pelo credor.

**d. Créditos com Exclusões ou Ajustes**

Os demais créditos excluídos ou com resultado diverso das habilitações e divergências apresentadas poderão ser individualmente verificados na planilha explicativa anexa, no campo "**Observações**", com as respectivas justificativas adotadas por esta Administração Judicial.

Portanto, os créditos da **Classe VI – Quirografários** ficaram assim distribuídos:

Classe VI – Quirografários	
Edital do art. 99, § 1º, LREF	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
R\$ 5.292.989,12	R\$ 7.918.026,16

**VIII. Do Trabalho Realizado na Classe VII – Subquirografários**

*Reclassificação das multas contratuais*

Verificou-se que determinados credores quirografários apresentaram suas habilitações e divergências **sem observar a correta classificação das multas contratuais**, conforme disposto no art. 83, inciso VII, da Lei 11.101/2005, que assim estabelece:

Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias;

Dessa forma, a Administração Judicial informa que destacou, do montante originalmente apresentado, os valores correspondentes às multas contratuais, quando previstas nos



instrumentos firmados, procedendo à realocação para a *Classe VII – Subquirografia (Multas)*.

Ressalte-se que as porcentagens previstas contratualmente foram aplicadas exclusivamente sobre o valor atualizado do débito principal ou da parcela inadimplida, **sem a inclusão dos juros de mora**. Tal medida justifica-se porque os juros moratórios consistem em obrigações acessórias derivadas da mesma obrigação principal, de modo que sua inclusão conjunta com a multa poderia resultar em cobrança cumulativa indevida, em afronta ao princípio que veda o *bis in idem*<sup>8</sup>.

Assim, os créditos da *Classe VII – Multas* ficaram assim distribuídos:

Classe VII – Subquirografia (Multas)	
Edital do art. 99, § 1º, LREF	Edital do art. 7º, § 2º, LREF
R\$ 0,00	R\$ 531.155,53

**IX. DA DISTRIBUIÇÃO FINAL DOS CRÉDITOS**

*Quadro consolidado da verificação administrativa*

Como demonstrado nos tópicos anteriores, foram diversas as alterações promovidas na relação de credores inicialmente apresentada pela falida. Assim, com o objetivo de facilitar a visualização dos resultados da verificação administrativa, apresenta-se o quadro consolidado dos créditos por classe, conforme apurado até o momento:

<sup>8</sup> APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA – TAXAS DE CONDOMÍNIO – COTAS CONDOMINIAIS NÃO ADIMPLIDAS – ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA – JULGAMENTO FAVORÁVEL À PRETENSÃO DO APELANTE – SEM INTERESSE RECURSAL – REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL – VÍCIO SANÁVEL – IRREGULARIDADE SUPRIDA - MULTA DE 2% - CABIMENTO – INTELIGÊNCIA DO ART. 1336, §1º, DO CC – **MULTA QUE NÃO DEVE INCIDIR SOBRE OS JUROS E JUROS QUE NÃO DEVEM INCIDIR SOBRE O VALOR DA MULTA – INCIDÊNCIA DA MULTA SOMENTE SOBRE O VALOR PRINCIPAL ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA** – CÁLCULO CORRETAMENTE EFETUADO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. (TJPR - 9ª Câmara Cível - 0004071-97.2018.8.16.0194 - Curitiba - Rel.: DESEMBARGADOR DOMINGOS JOSÉ PERFETTO - J. 05.12.2020)



Classe	Valor
Classe I - Trabalhista	R\$ 237.443,08
Classe III - Tributários	R\$ 1.154.762,43
Classe VI – Quirografário	R\$ 7.918.026,16
Classe VII – Subquirografário	R\$ 531.155,33
Total: R\$ 9.841.387,00	

**X. CONCLUSÃO**

Considerando o resultado da verificação administrativa de créditos, requer seja determinada a publicação de Edital, na forma do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, fazendo constar a advertência de que os documentos que fundamentaram a elaboração da relação estarão disponíveis para consulta sede da Administradora Judicial, em Maringá/PR, na Av. Dr. Gastão Vidigal, 851, sala 04, solicitando aos interessados prévio contato para agendamento, sendo possível que os esclarecimentos sejam solicitados via e-mail, ao endereço [contato@auxiliaconsultores.com.br](mailto:contato@auxiliaconsultores.com.br).

Por fim, informamos que diligenciaremos junto à Secretaria para providenciar o envio da minuta do Edital a que se refere o § 2º, do art. 7º, LREF, contendo, para posterior assinatura e publicação.

Maringá/PR, 21 de março de 2025.

**AUXILIA CONSULTORES LTDA.**

Renata Paccola Mesquita | OAB/PR 50.980